

Rio de Janeiro, 7 de outubro de 2024

Carta – Sindipetro – RJ – nº 383/2024

À
Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras
A/C: Tiago de Souza Moraes
A/C: Diego Vaz

Assunto: Pautas para as Reuniões das Comissões Locais de Búzios de Acompanhamento de ACT e de Acompanhamento de SMS (Outubro/2024)

Seguem as pautas apresentadas pelo Sindipetro-RJ nas reuniões de acompanhamento de ACT e de SMS, realizadas nos dias 01 e 03 de outubro de 2024

1. Técnicos de segurança das UMSs. Escala e retroativo

Em relação a este tema, no contexto das negociações que seguem para buscar resolver a questão (vide troca de cartas entre Sindipetro-RJ e RH/RS/NS, os trabalhadores não concordam nem com a primeira escala apresentada, na qual teriam que entrar em horários diferentes todos os dias e nem com a segunda, que coloca um trabalhador 14 dias seguidos trabalhando de noite. Nossa reivindicação é que a escala de turno seja a mesma que é hoje prevista em ACT e aplicada na empresa inteira, incluindo a virada no meio da escala.

Ademais reivindicamos a concretização do negociado em mesa relativamente ao retroativo.

2. Questões sobre transporte, embarque e desembarque

2.1. Regras para mudança de escala

Não pode haver prejuízo para os trabalhadores por essas mudanças. Reivindicamos:

- Que se garanta antecedência de no mínimo 90 dias para qualquer mudança de escala para os grupos de embarque
- Alternativamente, que se reembolsem os custos com as mudanças das passagens dos trabalhadores
- Que se pague a supressão de folgas dos trabalhadores e que isso seja pago no mês subsequente, assim como os reflexos em férias e outros direitos.

2.2. Transporte para o pessoal do Norte Fluminense e Região dos Lagos

Outra demanda é por transporte das Regiões Norte Fluminense e dos Lagos para o Aeroporto de Maricá, visto que parte da força de trabalho mora nessas regiões. Atualmente há uma van que sai de Macaé com destino a Cabo Frio passando pelos pontos em Rio das Ostras e Casimiro de

Abreu no horário dos voos de búzios. Muitos profissionais eram atendidos por este transporte antes da mudança para o aeroporto e Maricá.

2.3. Reembolso das passagens aéreas e rodoviárias devido a atrasos e cancelamentos de voos, incluindo o retroativo.

2.4. Contagem das horas extras com pagamento no mês subsequente de todas as horas a disposição da empresa no dia do embarque e no dia do desembarque como horas extras a 100% a serem salgadas no mês subsequente.

3. Diversidade e condições de trabalho e estadia a bordo

3.1. Camarotes femininos

Solicitamos que a gerência de Búzios estabeleça como meta quatro e que haja, no mínimo, dois camarotes femininos enquanto essa meta não é alcançada. Que haja separação entre camarote de turno e de sobreaviso para garantir o regime de sono das trabalhadoras e que o camarote seja fixo. A meta apresentada é perfeitamente alcançável, visto que muitos trabalhadores estão migrando para novos projetos, abrindo uma janela de oportunidades.

3.2. Vagas para PCDs a bordo

Já tivemos pelo menos três queixas de PCDs que passaram nos últimos concursos que foram preteridos em suas vagas para embarque, apesar de terem alcançado a nota que os permitiam escolher essa opção.

4. Infraestrutura aeroportuária

4.1. Guarda volumes

Como não há restaurante no aeroporto, em muitas ocasiões os trabalhadores têm que se deslocar cerca de 500 metros para fora do aeroporto para almoçar carregando suas malas naquelas calçadas irregulares e cheias de obstáculos. Demandamos que seja instalado um guarda volumes no aeroporto que permita aos trabalhadores deixarem suas malas e mochilas.

4.2. Restaurante no aeroporto

Apesar das promessas da superintendência, até o momento não há restaurante no aeroporto, o que obriga os trabalhadores a saírem de lá para almoçar, o que muitas vezes é inviável, pois podem ser chamados para o check-in ou para embarque.

5. Outras questões trabalhistas e sindicais

5.1. Turno para todas as profissões a bordo

Há uma série de profissões a bordo que são classificadas como sobreaviso. No entanto, na realidade os trabalhadores não cumprem o que a legislação compreende como sobreaviso. Fazem escalas de 12 horas, de 7 às 19 horas e ainda ficam à disposição para serem acionados a qualquer

momento. Isso descaracteriza o sobreaviso e configura-se como um abuso contra esses trabalhadores, que rotineiramente cumprem jornadas excessivas sem cumprimento legal do interstícios, além de inúmeras outras consequências. A única forma de corrigir essa distorção é enquadrá-los pela realidade de seus trabalhos, como trabalhadores de turno.

5.2. Uma semana no presencial e três no teletrabalho para o pessoal do PMB

É sabido que os companheiros que tem atuado no PMB das plataformas se encontram em regime híbrido, tendo que comparecer duas vezes por semana presencialmente no Rio de Janeiro, e os demais dias em home-office. E sabemos também que muitos desses trabalhadores residem fora do município e até do Estado do Rio, condição peculiar proporcionada pela escala habitual existente nas plataformas. Muitos aceitam trabalhar nessas unidades e planejam suas vidas sabendo que terão a possibilidade de retornar para as suas famílias nos dias de folga. No entanto, a situação para os companheiros que estão no PMB está muito custosa e complicada, pois estão tendo que vir toda semana trabalhar 2 dias presencialmente. Propomos a alteração nessa escala de trabalho presencial no PMB com trabalho presencial de uma semana, seguida de três em home-office.

5.3. Cursos exames ocupacionais não podem ser na folga

Está havendo imposição, por parte de diversos coordenadores, de que os cursos e exames devem ser realizados na folga. Por vezes, esses estão sendo marcados em cima da hora. Quando não marcam e depois desmarcam também em cima da hora, acarretando ainda em mais ônus para os trabalhadores. Os cursos devem ser realizados durante os dias de serviço e nenhum trabalhador pode ser forçado direta ou indiretamente a isso. Em todos os casos que isso tenha ocorrido, devem ser contabilizadas horas extras e garantido o pagamento da supressão de folga, além de passagem, hospedagem, transporte na cidade e alimentação.

5.4. Desvio de função sofridos pelos TSTs e TLTs

Os Técnicos de Segurança e os Técnicos de Logística denunciam que estão sendo exigidas tarefas de técnicos sênior e máster para os que são júniores e plenos, configurando desvio de função.

5.5. Cronograma de implantação do SCR

Qual o cronograma previsto para a implantação do SCR das plataformas de Búzios? Demandamos reunião específica com o Sindipetro-RJ para discutir os critérios de seleção de pessoal, o cronograma de implantação, acompanhar o período de transição e discutir as condições trabalhistas em que esses trabalhadores estarão.

5.6. Riscos Biológicos para os profissionais de Saúde

Os profissionais de saúde embarcados não têm reconhecida sua exposição a riscos biológicos, mesmo fazendo atendimento de saúde na enfermaria. Passaram inclusive por mais de dois anos de pandemia de Covid 19 sem reconhecimento de sua exposição.

6. Pauta de SMS

6.1. Efetivo mínimo

6.1.1 Operação e Manutenção

Plataformas trabalhando há mais de um ano abaixo do efetivo mínimo na operação e manutenção. Hoje há um mecânico de dia e um a noite e um estagiário, um instrumentista e um eletricista por turno, o que se torna um grande problema quando do período de férias, além de trabalharem sempre esperando que ninguém fique impedido de embarcar por algum outro motivo.

Situação não menos crítica, refere-se ao efetivo de bordo para posto do Gás. Essa área que possui maior quantidade de equipamentos e uma área física com mais módulos em relação às demais. Neste sentido, os 02 operadores no posto do gás demonstram-se insuficientes, promovendo grande desgaste físico e mental. Isso se agrava devido ao envelhecimento dos equipamentos, causando problemas constantes. Deveriam existir 03 operadores no posto do gás, sem remanejamento dos profissionais de outros postos, o que desfalca outro posto e fragilizando ambas áreas.

6.1.2. TSTs

Cobre férias terceirizado, não ambientado com o trabalho na plataforma, existindo apenas para garantir o mínimo legal, mas na prática sobrecarregando os outros colegas. É necessário pôr fim a essa terceirização que precariza o trabalhador e sobrecarrega os outros.

6.1.3. Técnicos de Estabilidade

Há um técnico de embarcação no controle e apenas um na área, quando a real necessidade é que haja dois na área A configuração necessária é que se tenha 6 a bordo. Hoje há 4 e, quando alguém está de férias, 3 a bordo.

6.1.4. Necessidade de mais de um Rádio Operador nas plataformas.

Desde a mudança de contrato em 2019 a Petrobrás vem descumprindo a Normam 27, conforme Anexo 1-F Exigências Impeditivas 8) Ausência de Rádio Operador de Plataforma Marítima (RPM) habilitado. Na P-75, um Rádio Operador passou mal e teve que ser desembarcado, ficando a unidade sem nenhum trabalhador nessa função. Ainda assim, não foram suspensas as atividades e a plataforma continuou recebendo helicópteros por dias, até o embarque de outro Rádio Operador.

6.1.5. Profissionais de saúde.

Só há um profissional de saúde a bordo, porém podem ser requisitados a qualquer momento, inviabilizando o cumprimento de interstício. Isso gera insegurança pois caso ocorra algum acidente com o Técnico de Enfermagem ou ele passe mal, não haverá outro profissional de saúde para realizar o atendimento. Outro problema grave que ocorre em todas as unidades é que eles não têm direito a descansar o interstício mínimo de 11 horas entre as jornadas, pois caso o profissional de saúde tenha que ficar acordado até mais tarde para resolver a burocracia de suas atividades e também devido a fiscalização do contrato de hotelaria, o profissional não pode descansar por 11 horas, pois no dia seguinte, por volta das 6:00h deve ser realizado o atendimento para os profissionais que realizam trabalhos de acesso por cordas, por exemplo.

Também acontece com frequência do técnico de enfermagem ser acordado de madrugada para realizar um atendimento de urgência, e nesse caso o profissional terá que descansar por apenas algumas horas, pois terá que iniciar os atendimentos no início do dia. Essa situação vem gerando o desgaste físico e mental dos profissionais de saúde que estão submetidos a uma jornada exaustiva, sem

direito ao descanso mínimo, pois como sendo o único profissional de saúde a bordo, não se pode negar atendimento a alguém que esteja com algum sintoma.

Sendo assim, a solução para este problema seria o POB das plataformas prever 2 profissionais de saúde, para que eles possam se revezar nos atendimentos após o horário das 19h, ou ainda possa ser estudado mudar o regime de trabalho desses profissionais para o Turno ininterrupto de 12 horas.

6.1.6. Falta de baleeira na P-75 e reflexos sobre efetivo.

Fomos informados em mesa de que esse problema já foi resolvido.

6.2. Problemas de mobilidade

6.2.1. Desgaste físico devido ao excesso de escadas

Construção de passagens diretas por cima entre os módulos, diminuindo a necessidade de descer e subir escadas para passar de um a outro e de passarelas entre os bordos em cada módulo. Priorização dessa obra quando do acoplamento das UMSs nas plataformas. Enquanto não se consegue instalar todas as passagens fixas, colocar estruturas provisórias por andaime.

6.2.2. Instalação de sanitários na praça de máquinas e na área para que os trabalhadores não tenham que se deslocar até o casario.

6.2.3. Container exclusivo para Operadores de Campo na P-74, P-76 e P-77

Os operadores de campo nessas plataformas estão hoje dividindo a sala (container) do laboratório, que tem dimensões reduzidas. Além de prejudicar o trabalho do técnico de química, essas salas ficam abarrotadas e desconfortáveis, ocasionando um ambiente de trabalho adverso e insalubre. Na P-74, o(a) técnico(a) químico(a), por falta de espaço, fica o tempo todo dentro do laboratório, o que leva a uma exposição ininterrupta a uma série de agentes químicos contaminantes. Isso é muito grave! A reivindicação é a instalação de uma sala específica para os operadores de campo, com espaço e conformação adequadas a seu serviço e em condições de conforto térmico e de ruído, atendendo padrões de ergonomia e condições de escritório, para a realização das atividades extracampo, equipado com todos os recursos para o pleno desenvolvimento de suas atividades de forma ampla e segura.

6.2.4. Soluções para a oficina de manutenção

O acesso à oficina é difícil, penoso e perigoso. São muitas escadas, com alta inclinação e degraus que não cabem os pés. Reivindicamos que a oficina seja remanejada para o piso do main deck.

6.2.5. Certificação do elevador para transportar pessoas.

6.3. Falta de armários suficientes para guarda de materiais e EPIs. Há falta de armários disponíveis para o POB atual nas unidades de modo que uma grande quantidade de profissionais que trabalham fixos na plataforma não tem onde guardar seus materiais e EPIs. Isso os leva a guardar seus materiais e EPIs em locais inadequados, compartilhando armários com terceiros, dentre outros riscos.

7. Problemas recorrentes nas Ciplats

7.1. Óculos de segurança com grau

Os óculos de segurança com grau seguem demorando muito para chegar. Isso impacta a segurança, impactando entre outros temas a liberação de PTs, devido à dificuldade de leitura na área

7.2. Problemas recorrentes com os chuveiros lava-olhos

Em todas as reuniões de Ciplats que participamos a bordo, o tema mais recorrente é a situação dos chuveiros lava-olhos, que quando acionados tem suas primeiras cargas escurecidas e com partículas, fruto de ferrugem. Foi cogitada a mudança da tubulação para aço inox, mas até agora não soubemos de avanços nesse tema, sequer como estão os estudos técnicos de viabilidade. Isso é um tema muito crítico de segurança e saúde.

7.3. Iluminação insuficiente de noite nas plataformas gerando riscos de acidentes.

Esse é um problema recorrente em todas as plataformas de Búzios.

7.4. Comunicação

Os rádios comunicados também não permitem clareza e segurança na comunicação, entre outros fatores devido ao alto nível de ruído na área. Muitas vezes não se entende o que se fala nos intercomunicadores, gerando riscos. Há a demanda de que se viabilizem fones de ouvido com plugues nos intercomunicadores para resolver essa questão. Além disso, temos denúncias de que não há rádios suficientes para toda força de trabalho.

Atenciosamente,

André Bucaresky
p/ Diretoria Colegiada do Sindipetro-RJ